



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 649/22

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Resolução Secretaria Estadual de Saúde nº 28, de 25 de fevereiro de 2013, que aprova Norma Técnica que disciplina os serviços de necrotério, serviço de necropsia, serviço de somatoconservação de cadáveres, velório, cemitério e as atividades de exumação, cremação e transladação, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 15.413, de 09 de maio de 2014, que dispõe sobre o tratamento térmico por cremação de animais mortos provenientes de estabelecimentos de ensino e pesquisa e de assistência à saúde veterinária sediados no Estado de São Paulo
- Lei Municipal nº 7.017, de 19 de abril de 1967, que institui a cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município, nos termos que especifica;
- Lei Municipal nº 15.452, de 28 de setembro de 2011, que institui o Programa Permanente de Esclarecimentos e incentivo à Cremação;
- Lei Municipal nº 17.750, de 24 de janeiro de 2022, que disciplina a implantação de crematório e incineração de cadáveres animais no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Portaria SES/Limpur nº 5, de 14 de abril de 2018, que determina procedimentos a serem seguidos por hospitais e clínicas veterinárias para destinação final dos resíduos de serviço de saúde (animais mortos).

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 14 de dezembro de 2022.

Juliana Trindade
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414